Artigo

Fazer Etnografia em um Campo Politizado pelo Sofrimento

Enredamentos e questões ético políticas em uma pesquisa entre familiares de mortos e desaparecidos políticos [1]

Desirée Azevedo

Doutora em Antropologia Social pela UNICAMP

Pesquisadora associada do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI) da UNICAMP e pesquisadora do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP

Resumo: Este texto reflete sobre questões políticas, éticas e metodológicas surgidas no contexto de uma etnografia realizada junto ao *movimento de familiares de mortos e desaparecidos políticos*. Especialmente, procuro refletir sobre algumas implicações de ter o sofrimento operando como nó entre as dimensões sensível, governamental e etnográfica.

Palavras-chave: Etnografia; Sofrimento; Movimento Social.

Abstract: This article discusses political, ethical and methodological issues that emerged in the context of an ethnographic research among the families of people considered to be victims of political deaths or disappearances in Brazil. Mainly, it reflects on some consequences of having the suffering as the knot which ties the sensitive, governmental and ethnographic dimensions.

Keywords: Ethnography; Suffering; Social Movement.

Viver da nossa história

Na noite de 31 de agosto de 2018, compareci ao *Ato de Solidariedade aos familiares de desaparecidos políticos e pela efetivação do Direito à Memória e à Verdade no Brasil*, realizado no anfiteatro da reitoria da Unifesp. Duas razões me levavam a atender ao chamado feito pela *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos*. A primeira era valer o compromisso de entregar para militantes dessa organização, junto a qual eu realizei pesquisa etnográfica no doutorado, um exemplar da minha tese recém-publicada.[2] A segunda estava relacionada à minha pesquisa atual realizada no *Centro de Antropologia e Arqueologia Forense* da Unifesp*,* onde tenho acompanhado o

[1] Agradeço às organizadoras e demais participantes do GT "Nas Tramas do Viver: entre governos, escritas e antropologias da dor", na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, não apenas pelas leituras e comentários à versão inicial desse texto, mas pela densidade das trocas e debates ao longo de três dias.

[2] Intitulada "A Única Luta que se Perde é Aquela que se Abandona". Etnografia entre Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, a tese foi defendida no PPGAS/Unicamp, em 2016. A pesquisa foi orientada por Bela Feldman-Bianco, e financiada pela Fapesp (2012/15601-7). Foi publicada pela Editora Unifesp (AZEVEDO, 2018).

processo de identificação de desaparecidos políticos realizado pelo *Grupo de Trabalho Perus* (GTP).[3]

Tanto para mim quanto para as peritas dessa equipe forense, o ato fazia parte de uma agenda cujas atividades não podem ser diferenciadas entre políticas e profissionais. Ao acompanhá-las como parte das minhas atividades de pesquisa, eu me somava (assim como elas) a pesquisadores, professores e gestores da Unifesp em uma manifestação de compromisso com a trama tecida entre atores sociais e instituições dedicados ao reconhecimento e reparação das violências cometidas pela Ditadura (1964-1985). Costura que, na tese, eu denominei como *campo Memória, Verdade e Justiça* (AZEVEDO, 2018). Por isso, o evento também era uma oportunidade pessoal de reencontro com atores com os quais convivi na pesquisa anterior, mas que não se fazem presentes na rotina laboratorial a qual venho acompanhado mais intensamente. Especialmente familiares, mas também sobreviventes, militantes e profissionais de Direitos Humanos. Os vários rostos conhecidos me fizeram lembrar de um interlocutor que, certa vez, definiu o *campo* MVJ como trama feita nos reencontros entre as "pessoas de sempre" e sobre tudo aquilo que nós compartilhamos.[4]

Mas quando falamos do passado ditatorial, essa recorrência de atores também se refere aqueles que, se mantendo afeitos à lógica bipolar da Guerra Fria, (re)aparecem como obstáculos no caminho da construção de um olhar humanitário retrospectivo. De forma que, vez por outra, os eventos de homenagem e solidariedade precisam assumir também o papel de repúdio e desagravo. Era o que fazíamos naquele dia em que, como motivo adicional, nos reuníamos para manifestar rejeição a um recém-publicado livro, cujo autor é conhecido por seus posicionamentos oblíquos que, frequentemente, resultam em difamação das vítimas e justificação da violência de Estado no passado.[5]

Talvez pela coincidência de ter em mãos um livro sobre o *movimento de familiares de mortos e*

---

[3] Pós-doutoramento, realizado junto ao PPGCS/Unifesp, com financiamento Fapesp (2016/15525-0). Entre fevereiro de 2017 e novembro de 2019, realizei pesquisa etnográfica junto ao Grupo de Trabalho Perus, equipe forense multidisciplinar, formada por acordo de cooperação técnica entre a Unifesp, a Prefeitura de São Paulo, e o Ministério dos Direitos Humanos para identificar desaparecidos políticos entre os remanescentes ósseos exumados, em 1990, da chamada Vala de Perus. Sobre esse processo: Azevedo, 2020.

[4] Na conversa comigo, registrada em uma audiência de CNV, em agosto de 2012, o "nós" referente às "pessoas de sempre" era inclusivo.

[5] Não menciono autor e livro, identificáveis por quem assim o queira, com o proposital intuito de não os divulgar. Apesar de defendido em um programa de pós-graduação em história de uma universidade federal, o texto gera inquietações éticas e metodológicas que também colocam em questão sua qualidade historiográfica. Destaco a centralidade do uso de fontes primárias que, segundo o autor, seriam provenientes do Sistema de Segurança e Informação, apesar de oficialmente declaradas inexistentes. Diante disso, o autor não esclarece questões básicas como: os órgãos produtores de tais documentos; o período total ao qual se referem; sua unidade temática; sua origem; formas e condições do acesso. O material, que teria saído de acervos pessoais de militares para compor o acervo pessoal do autor, permanece inacessível a qualquer outro pesquisador. Por fim, causam espécie as afirmações gravíssimas reproduzidas pelo autor diretamente de tal documentação, indicando desconhecimento acerca de um dos princípios básicos do método histórico: a crítica das fontes.

desaparecidos políticos,[6] algo dito por Suzana Lisboa, militante da *Comissão de Familiares*, durante o evento, suscitou-me questões latentes no meu trabalho, como no próprio *campo*. Entre suas inquietações, ela mencionou o fato do referido autor, tendo construído toda uma carreira em torno ao tema dos desaparecidos, tomar "a nossa história como se fosse sua, porque também vive por meio dela". Embora sua indignação fosse endereçada, a formulação me pareceu imediatamente válida para muitos de nós, senão todos nós, presentes no ato.

Em múltiplos sentidos, seja como cotidiano ou como forma de perdurar, como dedicação política, afetiva e profissional, tecendo relações e compromissos, costurando trajetórias biográficas e autoridades enunciativas, todos nós vivemos essa história (e por meio dela) na medida em que a desdobramos em fazeres, reflexões, ações, narrativas, técnicas e direitos. Nessa perspectiva, os familiares são sujeitos de uma dor inacessível que, tomada como objeto de intervenção por outros atores, produz tramas e narrativas comuns apenas na medida em que atravessadas por essa distinção. Nesse cenário, quem tem direito de falar sobre as histórias de violência e sofrimento? Quando tem? Para quais finalidades?

As implicações dessas configurações políticas em torno do sofrimento para a pesquisa e a escrita etnográfica são sempre difíceis de apreender. Mas são também inevitáveis de pensar, porque nos interpelam na forma de um problema central da nossa disciplina. No meu caso, a interlocução com os familiares me confronta com as ambiguidades que se desdobram desse compartilhamento diferencial de um universo social. Algo que tentei transpor dos cadernos de campo para a tese, não somente no sentido de explicitar os jogos relacionais que estavam sendo etnografados, mas também para pontuar de alguma maneira que as reflexões teórico-metodológicas a respeito de como nos inserimos, nos relacionamos, saímos e produzimos efeitos concretos sobre os mundos comuns criados pela interlocução não me permitiam mais do que um equilíbrio instável entre nutrir e perder ilusões de controle.

Sabemos que a interlocução anima um (auto)questionamento no centro do fazer antropológico, pontuando rupturas na história da disciplina que nos trouxeram a uma antropologia contemporânea particularmente ciente das tensões morais enraizadas nessa relação e inquieta quanto às suas próprias potencialidades normalizadoras. Para a antropologia feita no Brasil, a grave conjuntura atual soma ainda outras inquietações, levando-nos a nos perguntar com

[6] Por *movimento de familiares de mortos e desaparecidos políticos* me refiro ao coletivo formado por organizações e atores que apresentam demandas às instituições do Estado a partir da afirmação de laços de parentesco com militantes perseguidos pelo aparato repressivo durante a Ditadura, a quem nomearam *mortos e desaparecidos políticos*. Importante notar que o processo de dupla constituição dessas categorias não esgotou o conjunto de mortes violentas e desaparecimentos operados por aquele regime, mas apenas parte dos que atingiram a militância política organizada, especialmente a urbana (AZEVEDO, 2018a).

quem as nossas narrativas colaborarão e também que perturbações elas podem causar.[7] Como destaca Strathern (2013), descobrimos a importância de saber a favor de quem se escreve e com qual finalidade quando atentamos para o estreito relacionamento entre a pesquisa e a vida. Isto é, quando percebemos que problemas intelectuais também são problemas pessoais, porque ideias não são concebidas separadamente dos relacionamentos que estabelecemos, referenciados em seus contextos específicos. E os contextos atravessados pelo sofrimento são particularmente eficientes em tornar tal descoberta inevitável.

O propósito deste texto não é mais do que refletir sobre essa relação entre a pesquisa e a vida no contexto de uma etnografia realizada junto ao *movimento de familiares de mortos e desaparecidos políticos* e seus desdobramentos. Em especial, procuro refletir sobre algumas implicações metodológicas, éticas e políticas de ter o sofrimento operando como nó entre as dimensões sensível, governamental e etnográfica. O artigo está dividido em três seções. Na próxima, contextualizo o sofrimento no substrato das relações que fundam o *movimento de familiares*, enlaçando seus atores sociais entre si, com os mortos e desaparecidos e com as instituições do Estado. Em seguida, aponto as tensões e autoridades que se desdobram nas recentes configurações políticas em torno ao seu reconhecimento. Da segunda para a terceira parte, reflito sobre como minha inserção nessa trama exigiu um repertório etnográfico carregado das ambiguidades que habitam as interlocuções sobre o sofrimento. Em uma dinâmica na qual a produção de partilha e compromisso é inseparável da produção de diferença e autoridade.

Entre a Vulnerabilidade e a Resistência

"Como você se sentiria se não tivesse o direito de enterrar um filho?", questionava o cartaz de uma campanha institucional produzida, em 2009, pelo projeto Memórias Reveladas do *Arquivo Nacional*. No ano seguinte, uma campanha da *Ordem dos Advogados do Brasil* pela abertura dos "arquivos da Ditadura" veiculava vídeos nos quais atores, representando desaparecidos políticos, mencionavam a dor continuada de suas famílias e perguntavam: "será que essa tortura

---

[7] Difícil mensurar como tal inquietação vem agregando a dimensão da incerteza que nos governa desde o golpe de 2016. De um lado, porque vivemos a generalização dos ataques a direitos constitucionais e o aprofundamento do controle social acompanhado da amplificação dos "tipos sociais" em sua mira, ainda que os impactos mais graves sigam reservados, como sempre foram, para os setores mais vulneráveis da sociedade. Com desdobramentos imprevisíveis, o processo em curso indica uma disposição institucional para combater, ao mesmo tempo, a memória e os projetos de futuro de amplos setores da sociedade. De maneira que as investidas na institucionalização da violência (em especial a letal), tanto a de Estado, quanto uma certa violência privada (inclusive apostando na indissociabilidade delas como coalizão e como projeto) vêm acompanhadas pelo negacionismo histórico. Razão pela qual, é importante pontuar, assistimos ao galopante enfraquecimento do *campo* MVJ que outrora etnografei. De outro lado, porque os ataques também direcionados à educação pública e à pesquisa científica nos colocam ao lado de nossos interlocutores entre aqueles para os quais nossas pesquisas podem trazer perturbações.

nunca vai acabar?". Em 2011, a publicação do livro *K. Relato de uma busca,* romance de Bernardo Kucinski sobre o desaparecimento de sua irmã Ana Rosa, abordava a busca dos familiares como missão pautada em sentimentos como incerteza, frustração, indignação, melancolia e, especialmente, solidão. Temas também centralmente tratados na performance *Onde? Ação nº 2*, da *Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz,* que eu tive a oportunidade de assistir, durante o 5º Congresso Latino Americano Memória, Verdade e Justiça, no meu primeiro dia de pesquisa de campo.

Tais manifestações e documentos são alguns dos artefatos e dados etnográficos com os quais eu trabalhei. Foram livros, filmes, documentários, cartazes, campanhas, dossiês, reportagens e inúmeros outros materiais públicos. Com a maioria deles, meu contato havia sido anterior ao início da pesquisa, no decorrer de uma trajetória pessoal e profissional na qual fui me familiarizando com as histórias de mortos e desaparecidos políticos e seus familiares. Indícios da importância histórica desses artefatos na construção política que alçou os militantes desaparecidos na luta contra a Ditadura e seus familiares à condição de personagens da história política recente, mas também de comunidade forjada no sofrimento.

É tentador entender tal sofrimento como um sentimento natural, porque atrelado a relações e experiências que consideramos autênticas e inescapáveis. Mas se a dor envolve um questionamento da relação do indivíduo com o mundo, conforme pontua Le Breton (2013), podemos pensar na constituição de laços comunitários entre esses familiares não apenas em função da perda comum, e de sentimentos a ela associados, mas também pelo compartilhamento da experiência de comunicá-los e encontrar ou não acolhida entre os que não sofreram a mesma dor. Pessoas que poderiam, não obstante, nutrir um *sofrimento à distância*. Nas palavras de Boltanski (2004), uma sensibilidade ao sofrimento alheio capaz de se transformar em indignação, efetivando práticas de generalização da dor específica para políticas de justiça e reconhecimento do sofrimento/dano como uma questão social e universal. Seria apenas uma questão de reposicionar as fronteiras da comunidade política que lembra – o "nós" definido pela memória –, a despeito das separações que comumente percebemos existir entre a ordem privada dos sentimentos e a ordem pública da política.

Contudo, tal reposicionamento não está imune a tensões. Conforme indica o desconforto de Suzana com os que "vivem da nossa história". Ao mencionar tal questão, ela chamava a atenção da nossa audiência sensível para as múltiplas possibilidades de formação de comunidades políticas em torno do sofrimento e de sua memória. Creio que seu propósito não era apenas nos lembrar que a expressão pública do sofrimento confronta sujeitos sociais com sentimentos e escolhas que não estão dadas *a priori;* mas também que levar a dor à esfera pública não implica em

fazê-la deixar as dimensões do íntimo e do parentesco. Como representante do *movimento de familiares,* ela exercitava sua habilidade para transitar constantemente entre essas dimensões sem nunca deixar de nomeá-las.

Suzana parece ir ao encontro de Susan Sontag quando a autora afirma que "nenhum "nós" deveria ser aceito como fora de dúvida quando se trata de olhar a dor dos outros" (2003: 12). Pensar na solidariedade como único sentimento possível diante de uma violência seria descartar a política, esquivar-se da história e ignorar a diversidade dos sentimentos de identidade que podem ser constituídos diante dela. Por isso, a (re)negociação de fronteiras entre os que sofrem e os que se sensibilizam com as vidas perdidas em decorrência da violência ditatorial no Brasil tem como contraponto os que as comemoram ou são a elas indiferentes. Em outras palavras, carregam históricas disputas políticas que devem ser consideradas para compreender, sem naturalizar, o lugar do sofrimento nas articulações que sustentam o *movimento de familiares*.

Entre 2012 e 2015, eu me dediquei a investigar o campo de atuação política dos familiares. No início, eu projetava realizar uma etnografia da *Comissão Nacional da Verdade* (CNV), pensando as construções estabelecidas a partir desse espaço institucional, suas tecnologias e tramas políticas. No entanto, tal perspectiva foi frustrada pela não autorização de acesso a seus espaços internos, declarados protegidos por sigilo legal. Contudo, antes mesmo de sua instalação, eu havia iniciado uma circulação densa pelas arenas de debate sobre a Ditadura, que estendi, em seguida, para os eventos públicos promovidos pelas comissões da verdade. [8] Entre espaços acadêmicos, institucionais e dos movimentos sociais, as arenas se multiplicavam naquele momento, articulando agentes e instituições dedicadas à identificação das violências passadas, à denúncia das injustiças e à nomeação de direitos e responsabilidades. O adensamento dessas relações resultava da afluência de novos atores ao tema, que compartilhavam expectativas sobre a necessidade de mudar a (já considerada histórica) indisposição brasileira em promover uma memória nacional crítica à violência ditatorial, conforme os familiares denunciam desde a abertura política. A solidariedade com as vítimas moveria esse novo engajamento em fazer circular conhecimentos e valores capazes de fundamentar políticas de Memória, Verdade e Justiça (MVJ), impulsionando-as como um ramo específico no *campo* (BOURDIEU, 2011) mais amplo dos Direitos Humanos no país.

Circulando por tais espaços, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, a pesquisa empírica costurou um *campo multissituado* (MARCUS, 1995), que tinha como característica principal o encontro sistemático com os mesmos atores em diferentes lugares. Em meio aos

[8] Mais de cem comissões congêneres subsidiárias à CNV foram criadas em todo o país, vinculadas a órgãos da administração pública nas três instâncias do legislativo e executivo, universidade e órgãos profissionais. Sobre o tema, ver: HOLLANDA, 2018.

reencontros com gestores, profissionais de Direitos Humanos, acadêmicos e militantes, me inclinei para os últimos.[9] Especialmente para os familiares, sempre acessíveis e correspondendo com gentileza e simpatia à minha empatia por sua causa. Essa afinidade me aproximou do *Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro* (GTNM/RJ) e da *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo.* Em pouco tempo, minha inserção em campo passou a ser guiada pela movimentação de seus militantes por audiências, reuniões e atos. Em São Paulo, a participação de militantes da *Comissão de Familiares* como assessores na *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva* (CVRP) concentrou nossa convivência nesse espaço, entre as audiências públicas e o funcionamento interno, me permitindo acompanhar quase integralmente suas atividades. Presencialmente ou através da transmissão online das sessões, em função da combinação com as atividades no Rio. Nessa cidade, além de acompanhar os militantes do GTNM/RJ às arenas MVJ, frequentei por dois anos a sede da organização.

Tal como no contexto etnográfico descrito por Vianna e Farias (2011), também no meu caso o convívio em cenas públicas atravessadas por sofrimentos, mas também conflagradas por dissensos – conforme veremos –, chamava por posicionamentos. Ao perceber meu crescente enredamento – e concordando com Ferreira (2013) que os enredamentos são de fato a matéria-prima do fazer etnográfico – optei por tomar o *movimento de familiares* como foco da pesquisa. Decisão conduzida no decurso da leitura de importantes etnografias sobre movimentos de vítimas de violência[10] e, principalmente, apoiada por interlocuções acadêmicas.11 A partir dessa reconfiguração, foi possível lançar o olhar para as categorias e significados mobilizados pelos familiares para conformar seu campo de atuação política. Sobretudo, foi possível deixar de tomar os mortos e desaparecidos como dados da realidade, e os familiares como uma comunidade *priori*. Assim, assumi o propósito de dilucidar sua constituição relacional em perspectiva histórico processual, pensando tanto a formação dos *casos* de morte e desaparecimento e sua associação como *causa política* (BOLTANSKI, 2000), quanto os procedimentos que os tornaram uma questão relativa ao *gestar e gerir* da administração pública (SOUZA LIMA, 2002).

É em meio a essa constituição relacional que os domínios do público e do privado vão sendo postos em perspectiva por uma atuação política pautada na articulação indissociável entre três ordens de relação e dimensões de significados: o parentesco, o sofrimento e a política.

[9] As categorias profissionais (juristas, psicólogos, forenses, historiadores, por exemplo), agentes institucionais e militantes (estes diferenciados entre aqueles que viveram e não viveram perdas diretas) expressam posições relativas no *campo* MVJ. Por não serem necessariamente excludentes, permitindo trânsitos e acúmulos por parte dos sujeitos sociais, elas são parte importante das inúmeras disputas políticas travadas. Elas se reconfiguram de forma permanente e situacional através de jogos identitários e de reputações (AZEVEDO, 2018).

[10] Em especial: DAS, 1995, 2207; CATELA, 2001; VECCHIOLI, 2001; SANJURJO, 2018; BIRMAN e LEITE, 2004; ARAÚJO, 2014; VIANNA e FARIAS, 2011, LACERDA, 2012, VIANNA, 2013, 2014; FARIAS, 2014; FREIRE, 2011; FONSECA e MARICATO, 2013, EFREM FILHO, 2013; FERREIRA, 2016.

11Agradeço sobretudo à Maria Filomena Gregori, Cynthia Sarti e Bela Feldman-Bianco.

Conforme bem exemplifica, mais uma vez, Suzana Lisboa. Os trechos a seguir foram extraídos de uma longa fala sua, realizada em 2009:

> (...) infelizmente, mesmo tendo sido os protagonistas dessa história por mais de 40 anos, nós, os familiares, somos em muitos momentos malvistos, malquistos e mal-entendidos. Fez 30 anos, no dia 22 de agosto, que nós fizemos, no dia da votação da Lei da Anistia no Congresso Nacional, a denúncia do encontro do corpo do Luís Eurico, meu marido. O primeiro desaparecido que nós localizamos enterrado no cemitério de Perus. Logicamente recebi, a partir de então, uma quantidade imensa de ameaças, não só da direita, mas também da esquerda, porque essa atitude foi uma atitude considerada revanchista. Naquela época, qualquer comentário, qualquer vírgula que se falasse em relação à Lei da Anistia, qualquer complemento que se pedisse, qualquer crítica, era como se estivéssemos nós querendo desmanchar um compromisso que nós não fizemos, nós não participamos, nós não nos incluímos. E tivéssemos que abdicar dos nossos direitos de denunciar a tortura, a morte e o desaparecimento dos nossos familiares (…). Isso faz e fez com que nós tivéssemos essa pecha incômoda, porque nós estamos sempre ali a lembrar, lembrar e lembrar (….) Nós não queremos lembrar para reverenciar o passado, queremos lembrar para que não mais aconteça. (..) Infelizmente, o Brasil tem cumprido um caminho na busca da verdade, mas é um caminho tortuoso... [na realidade, é um caminho] na busca da reparação, que é só o que foi feito até hoje. E tem sempre delegado a segundo plano a verdade, nem se fala da justiça. A Lei N. 9140 de 95 foi conquistada por nós, familiares e sociedade civil. (…) O que a lei fez? Ela reconheceu a morte de 136 dos desaparecidos políticos que estavam no nosso dossiê e criou uma comissão para avaliar outros casos. O ônus da prova de quem era? Nosso. Nós tivemos que provar à comissão que a ditadura militar havia mentido em suas versões de suicídios, atropelamentos e tiroteios. (…). A verdade, o pouco de verdade que foi construída pela comissão foi a partir dos nossos processos (…). Nós invadimos os arquivos do Instituto Médico Legal (…)Nós ficamos dentro do IML dias e dias olhando fotos de cadáveres mutilados. Uma coisa que é muito difícil suportar. Buscando naquelas fotos enxergar os nossos familiares[12].

Ao recuperar o processo de inscrição pública dos familiares como um ator coletivo, Suzana dá ao traço genérico do parentesco contornos mais nítidos, apresentando as movimentações que demarcam uma história, uma memória e um horizonte de ação política comum: "a nossa luta". Ao caracterizá-la, enfatiza tanto os estreitos laços sociais e afetivos que mantém os familiares relacionados aos mortos e desaparecidos, quanto os procedimentos mobilizados ao longo dos anos para exigir justiça no país onde as noções de perdão e esquecimento, postas pela *Lei de Anistia* (1979), marcaram uma transição política sem rupturas. Ela nos fala de uma atuação que foi de encontro às narrativas institucionalizadas pela própria Ditadura – sobre "crimes políticos" cometidos de maneira equivalente "pelos dois lados" –, pressionando instituições e autoridades não somente por direitos correspondentes aos danos sofridos pelas vítimas de violência de Estado, mas também por um lamento oficial que reconhecesse sua assimetria e sistematicidade.

Suzana evidencia como a sustentação dessas demandas lhes levou a realizar esforços investigativos por si mesmos, resultando em conflitos políticos com um Estado indiferente a seu

[12] Trechos do discurso na *Conferência Internacional sobre o Direito à Verdade*, realizada na USP, em 2009.

sofrimento, e frustrações em relação a um processo reparatório que caminha lentamente, a partir dos anos 1990, mas é sempre considerado insuficiente e injusto. Dessa maneira, faz um percurso que vai dos constrangimentos impostos à transição pelo regime autoritário à falta de compromisso dos governos democráticos com a busca da verdade sobre os acontecimentos e da justiça com os mortos. Iluminando a relação irremediavelmente antagônica entre familiares e Estado. A contraposição entre, de um lado, "lembrar, lembrar e lembrar" e, de outro, as ameaças, acusações de revanchismo, indiferenças, injustiças e esquecimentos, sugere que são os familiares os verdadeiramente empenhados na construção de memória sobre o período.

Esse protagonismo encontra respaldo nas já mencionadas representações sobre os direitos e obrigações incontestáveis de um familiar de prantear e enterrar seus mortos, reivindicar suas memórias e, quando necessário, exigir justiça. Disso decorre também o acionamento de tais vínculos como recurso empático pelas mais variadas iniciativas, inclusive institucionais, conforme exemplificam os artefatos que abrem esta seção. Levar à esfera pública as dores de familiares permite acessar sua legitimidade. Quando campanhas falam do desaparecimento como evento que perdura em tortura cotidiana – deixando perguntas sem respostas, memórias latentes, compromissos suspensos e desejos de justiça –, remetem a laços cuja força emocional e moral se transfigura em justiça das demandas e de seus defensores. Voltamos aqui ao problema das múltiplas comunidades possíveis em torno do sofrimento. Dessa vez, Suzana notaria, mais adiante em sua fala, que essa perspectiva, todavia, não foi suficiente para que as ações de reconhecimento e reparação tivessem deixado de serem vistas como respostas a uma "questão familiar".

Não está dado que eventos percebidos como trágicos em dimensões pessoais, familiares ou comunitárias se tornarão uma preocupação dos Estados nacionais. Analisando como tal processo se passa a luz dos ocorridos durante a Partição (1947), Veena Das (1995) chama de *eventos críticos* aqueles que inauguram novas formas de ação social e redefinem sentidos para categorias com as quais os sujeitos tradicionalmente operam, atravessando distintas instituições, como a família, a comunidade, a burocracia estatal, os sistemas políticos e profissionais. De maneira que os discursos formulados na ordem da família não excluam ou se coloquem em outro plano em relação aos discursos concebidos na ordem do Estado, mas se cruzem e sobreponham de múltiplas maneiras.

As demandas formuladas pelo *movimento de familiares,* assim como suas críticas às leis reparatórias brasileiras acionaram, desde os primeiros anos, princípios e normativas humanitárias internacionais. Elas acompanharam, ainda que em paralelo, o desenvolvimento das teorias transicionais e suas proposições sobre as violências autoritárias como problemas da sociedade e

seu reconhecimento, reparação e punição como obrigações do Estado. Aderindo progressivamente a tais teorias, a partir do final da primeira década do século XXI, certos atores institucionais, militantes e profissionais dos Direitos Humanos confluíram para os discursos do *movimento de familiares,* permitindo forjar uma militância MVJ, que logrou imprimir tal perspectiva à terceira versão do *Programa Nacional e Direitos Humanos* (2010).[13] A inclusão do eixo Memória e Verdade no plano procurava alterar a lógica na qual a responsabilidade nacional frente aos crimes da Ditadura era assumida com a garantia de direitos civis individuais, sempre reativamente às demandas e contando com a atuação das próprias vítimas para a comprovação dos danos sofridos.[14] Nesse cenário, as acusações de insuficiência e injustiça eram expressas em linguagem moldada na interseção entre as gramáticas do parentesco, do sofrimento e dos direitos, especificamente dos Direitos Humanos, acionado como padrão de sensibilidade e moralidade capaz de dar forma ao descontentamento e entrar, ao mesmo tempo, para o repertório de ideias institucionais sobre democracia e cidadania. Tal linguagem, que podemos chamar de *vulgata* com Lugones (2009), orienta as formas de pensar, mas também o que pensar e não pensar sobre o tema, sedimentando o solo sobre o qual o *campo* MVJ foi sendo edificado no Brasil

No discurso de Suzana, é possível notar essa interseção na variedade de estratégias mobilizadas para garantir a legitimidade das vozes dos familiares. Mas, na medida em que ela vai estabelecendo movimentos entre o luto e a luta, sofrimentos privados e memória nacional, vínculos afetivos e ações de Estado, notamos que tais estratégias não estão restritas a um aspecto utilitário, mas expressam construção de sentidos, partilha e pertencimento. Assim como põem em

[13] As violências cometidas pela repressão começaram a ser tematizadas publicamente na campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Após a abertura, organizações formadas por vítimas levaram adiante demandas por reconhecimento e reparação. Adotando progressivamente a gramática humanitária, eles buscaram nesse campo de atuação política e profissional seus aliados. Nos anos 1990, as demandas começaram a ser respondidas institucionalmente, gerando uma legislação específica que se pautava pelo reconhecimento individualizado, postando as reparações no campo dos direitos civis. Chama atenção que tal legislação reparatória tenha sido concebida à parte daquela elaborada para unificar a gestão das políticas humanitárias no país: o *Plano Nacional de Direitos Humanos*. A primeira versão do documento (1996) foi sancionada apenas um ano depois da *Lei de Mortos e Desaparecidos Políticos*. Em 2010, a terceira versão do Plano incorporou o tema Memória e Verdade como eixo de políticas públicas. Entre elas, previa a CNV, implementada um ano depois. Essa confluência, por um lado, respondia ao andamento dos debates públicos sobre as violências ditatoriais no país que, impulsionados pelas vítimas, foram provocando a adesão de atores postados nas instituições humanitárias do Estado. Por outro lado, respondia ao avanço do Caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) no *Sistema Interamericano de Direitos Humanos*, onde ficava claro o descompasso entre as políticas brasileiras e o receituário transicional, que ganhava prestígio no campo humanitário internacional. Tudo isso em um momento em que o Brasil galgava importantes espaços na política global. Essa conjunção deu força, no interior do governo e das instituições, aos atores partícipes desse debate transnacional, por isso identificados como possíveis aliados por sobreviventes e familiares. A entrada da temática no Plano deu vigor aos debates sobre a Ditadura no Brasil, impulsionando a complexificação do *campo* MVJ pela diversificação de seus atores e multiplicação das arenas.

[14] Um bom exemplo é a Lei 9.140/1995, que reconheceu como mortos e desaparecidos políticos uma lista de nomes apresentados pelo movimento de familiares, elaborada a partir de seus esforços de sistematização, desde meados dos anos 1970. A lei também criou uma comissão especial, que deixava a cargo das famílias fazer um pedido de reconhecimento e apresentar documentos que comprovassem o desaparecimento político. Tal *complementariedade* (LUGONES, 2019), quando os familiares precisam realizar as tarefas pelas quais o Estado é cobrado, é o que leva Suzana a pensar que a questão não é tratada como um problema da sociedade.

evidência uma disposição para lidar com as ambiguidades de uma atuação pautada no atravessamento constante dos domínios que nomeia, tais como público e privado, família e Estado, indivíduo e sociedade, natureza e cultura, emoção e razão. Movendo-se no emaranhado dos laços constituídos entre familiares, com os mortos e desaparecidos e com as instituições do Estado, o *movimento* fala em nome de uma comunidade que se imagina forjada, a um só tempo, por vulnerabilidade e luta

Na tese, eu argumentei que os *casos* são artefatos políticos e morais dessa imaginação. Eles são narrativas que condensam as iniciativas relativas à busca de cada desaparecido, articulando testemunhos e documentos obtidos no decorrer das investigações coletivas, em direção a um enredo verossímil que associa cada ausência sentida coletivamente a um mesmo fenômeno social: o desaparecimento político. Ao cotejar as ausências de militantes políticos contrários ao regime, considerando suas similaridades e idiossincrasias, o *caso* estrutura um padrão no qual estão associadas as naturezas da vítima e da violência. Ao passo em que firma os familiares como principais conhecedores do fenômeno afinal iluminado por sua ação pública forjada no trânsito entre as repartições burocráticas, onde buscaram informações e documentos, e as arenas políticas, onde sustentaram conjuntamente suas denúncias.

Semelhante ao mostrado por outras etnografias, o engajamento na busca e esclarecimento produziu, desde o desaparecimento, essas sucessivas interfaces com instituições, cujos registros e lógicas precisaram ser desvendados, implicando no desdobramento do sofrimento original em novas modalidades e temporalidades, que o tornam atualização cotidiana e projeção futura. Daí o sentimento de ser submetido a uma violência moral contínua, no dizer de Birman e Leite (2004), à medida que as iniciativas vão se confrontando com variadas barreiras que adiam a esperada solução. As frustrações borram o panorama daquilo que o Estado deveria ser, fazendo com que, aos olhos dos familiares, ele seja, ao mesmo tempo, trama difusa e entidade homogênea onipotente e onipresente (VIANNA, 2013), mas também atemporal.

Como síntese e catálise nesse processo, os *casos* pontuam a dimensão histórica da constituição simultânea dos ausentes como desaparecidos políticos e dos familiares como sujeitos de conhecimentos e de sofrimentos. *Conhecimentos venenosos*, como nos fala Veena Das (2007), desdobrados nos enredamentos cotidianos da busca. Inseparáveis, tais dimensões se insinuam nos *casos,* apontando não somente direitos a serem conquistados, mas também (re)ordenando o mundo familiar. Daí que relacionem uma narrativa histórica, na qual desaparecidos e familiares são dignificados moralmente por sua coragem e sacrifício, à distribuição diferencial de responsabilidades e direitos entre vítimas e agentes estatais. Através deles, desaparecidos e familiares surgem indissociáveis na esfera pública, assim como são inseparáveis suas condições de

militantes e vítimas, revelando a historicidade cíclica de uma relação entre família e Estado, que tem na violência característica durável.

Em outras palavras, ao tecer narrativas da vulnerabilidade tanto quanto narrativas da resistência, os *casos* expressam a identificação profunda e duradoura dos familiares com o sofrimento, que não pressupõe seu encerramento em nome da agência. Ao contrário, o sofrimento é a dobra, ou a maneira pela qual os familiares se percebem vulneráveis, se expondo corporal e sensivelmente a modo de resistência.[15]

Entre a Partilha e o Governo

Se foi nos encontros sucessivos com o Estado que os familiares deram visibilidade ao desparecimento político, essa relação passou a encerrar uma história de antagonismo. Tal oposição vem sendo publicamente vocalizada tanto pela *Comissão de Familiares,* quanto pelo GTNM/RJ, na forma de críticas permanentes, que revelam um profundo ceticismo em relação às iniciativas institucionais, vindo a produzir fissuras no interior do *campo* MVJ.

O *movimento de familiares* move uma dinâmica na qual identificar aliados postados na trama institucional, assim como adentrar as fronteiras estatais, assumindo cargos ou assessorias por exemplo, são sempre decisões situacionais, que não afetam a estabilidade das fronteiras que os separam do Estado como entidade homogênea a qual atribuem alteridade. O *poder de nomeação* (BOURDIEU, 2011), que personifica o Estado em qualquer instituição e autoridade integrante de sua trama, torna os que dele gozam potenciais alvos de responsabilização, conforme a assimetria entre quem tem e quem não tem acesso à informação, entre quem pode e quem não pode inscrever verdades públicas, quem tem responsabilidades e quem tem direitos. O que gera situações de mal-estar com os gestores integrantes do *campo* MVJ, produzindo vãs tentativas de descolamento da figura poluidora do Estado, bem como apelos ao consenso e críticas à intransigência dos familiares.

[15] A confluência entre vulnerabilidade e resistência está na definição de sofrer apresentada pela maioria dos dicionários de português. Sofrer é padecer ou ser submetido a algo, mas também suportá-lo, denotando tanto passividade, quanto agência. Apesar disso, tal confluência não é sempre notada. Especialmente quando se trata de pensar performances políticas, a ideia de vulnerabilidade pode ser evitada tanto pelos atores quanto pelos analistas, em função de sua associação com a passividade e os riscos de ser lida como aceitação de processos de sujeição e reificação em interações assimétricas. Daí que Butler (2014) fale em resistência à vulnerabilidade. Na tese, contudo, eu observei o sofrimento como fenômeno tão íntimo quanto relacional, capaz de atingir as identidades dos sujeitos ao mesmo tempo em que os arrancam de si mesmos (LE BRETON, 2013). Com potencial, portanto, para nos dar consciência de nossa vulnerabilidade comum, oferecendo bases para a articulação de comunidades políticas e formas de resistência. Nesse sentido, entendo a vulnerabilidade com Butler, não como condição subjetiva ou existencial, mas como conjunto de relações. Consequência de nossos corpos e subjetividades socialmente constituídos, marcados pelos laços sociais, paixões, discursos e condições materiais que atuam sobre nós e nos afetam, nos constituindo enquanto indivíduos e nos extrapolando, na medida em que nos expõe aos outros e nos tornam susceptíveis a tal exposição.

Circular nesse universo social junto aos familiares, me permitiu perceber as múltiplas facetas dessa ética da desconfiança, para além da efetividade política que chama a atenção de quem observa a atuação pública do *movimento*. Eu pude compreender seu enraizamento moral, assim como seus desdobramentos em dilemas políticos, ao compartilhar as tensões de um cotidiano no qual as histórias, desejos e anseios sempre subjetivos por solução para cada *caso,* trabalhados no tempo da urgência da dor, se relacionam com o conjunto de expectativas, demandas e avaliações coletivas do *movimento de familiares,* elaborados no tempo histórico da luta. Experiências que me levaram a perguntar seriamente como se produziu e como se sustenta tal desconfiança. Buscando acompanhar suas reconfigurações nos dissensos, nos jogos políticos e na economia moral que envolvem as relações sociais no *campo* MVJ.

A imersão em suas tramas emocionais tornou possível enxergá-los além do ator coletivo que se afirma politicamente em arenas públicas. Descobrir a comunidade de relações, compromissos e afetividades, com variadas e profundas formas de envolvimento e identificação cotidianas entre vivos e mortos, que evocam afetos, memórias domésticas e moralidades. No decorrer da pesquisa, percorri com eles passagens do plano individual ao coletivo, enredada na tessitura diária das relações que, em espaços de interação cravados entre o público e o privado, forma o familiar não somente como militante, mas como pessoa integrante dessa comunidade. Uma pessoa afetada e capaz de afetar os demais. Percebi dessa maneira que, se o compromisso e a solidariedade presente nas ações de reconhecimento alargam a comunidade que lamenta, por outro lado, produzem um vínculo distinto, marcado por outra temporalidade e incapaz de afastar por completo as hipóteses do governo e da sujeição (FOUCAULT, 2007).

Na medida em que o *campo* era pensado como produtor de um novo paradigma a ser disputado em espaços mais amplos do Estado e da sociedade, os atores sociais defendiam consensos que permitiriam unificar os discursos e sensibilidades, depurando-os a partir tanto da empatia, quanto das contribuições acadêmicas e profissionais que sustentam tecnicamente as políticas públicas. Todavia, essa confluência em torno do reconhecimento do sofrimento era percebida pelos familiares como capaz de obstruir o dissenso e ocultar assimetrias, tornando mais opacas as instituições. A desconfiança ainda levava em conta uma ameaça ao seu lugar de produtores de saberes, como se o reconhecimento estatal de sua vulnerabilidade lhes reservasse necessariamente um lugar de passividade. Ou seja, que a bandeira do cuidado acionasse práticas de controle (FONSECA e MARICATO, 2013), despolitização dos sentidos específicos do seu sofrer, e distorção de seu universo moral (DAS, 2007).

Por tudo isso, etnografar esse cenário de interações ao seu lado não transcorreu sem desconfortos e interpelações morais. Elas se tornaram importantes especialmente na relação com

o GTNM/RJ, a partir do momento em que passei a frequentar suas reuniões. Há três décadas, elas ocorrem na sede do *Grupo* nas segundas-feiras à noite. Em maio de 2012, ainda em um momento de indefinições na pesquisa, fui entrevistar sua então presidente, Victória Grabois, que me convidou a permanecer para o encontro. Ainda que eu tenha me apresentado e expresso a razão do meu interesse, não precisei de uma autorização específica para passar a frequentá-las como pesquisadora a partir de então. As reuniões são abertas à participação.

O que começou como eventualidade se mostrou fundamental para a guinada da pesquisa. Em pouco tempo de participação nas reuniões, encontrar os militantes nas atividades públicas era algo programado, muitas vezes na reunião anterior ao evento, em que se debatia a ida do *Grupo* e minha presença era consultada. Nos eventos, sentar-nos próximos e trocar impressões era certo. A companhia se prolongava no almoço e na hora de ir embora. Outras vezes, na própria ida à atividade. Ao mesmo tempo, percebida a possibilidade de pesquisar nos arquivos do *Grupo,* aumentei minha presença na sede, permitindo-me um contato maior com a dinâmica cotidiana da organização e me inserindo em suas redes de reciprocidade. Foi assim que ajudei um militante na tarefa de organizar, limpar e catalogar os arquivos; auxiliei em atendimentos a visitas e ligações de jornalistas e pesquisadores; e pude até participar da confecção coletiva de alguns documentos. No fim do ano, fui convidada para a confraternização do *Grupo*

No correr dos dias, novos atores se aproximavam, participavam das reuniões e partiam. Alguns em visitas pontuais, outros se alongando por períodos variados. Na medida em que eu percebia o papel da assiduidade na diferenciação entre militantes e visitantes, procurava, com boa dose de espontaneidade, remarcar a fronteira que perdia, dia a dia, a nitidez. No início, eu procurava falar pouco nas reuniões. Mas meu interesse na comissão da verdade, que me levava a acompanhar meticulosamente os passos relativos à sua instalação e início dos trabalhos, chamou a atenção dos militantes, que passaram a me requisitar sobre o assunto. Em pouco tempo, meu informe sobre as atividades da CNV na semana se tornou ponto de pauta fixo da reunião. Nos encontros ocorridos após eventos públicos, era me solicitado um relato e uma avaliação, como a qualquer outro militante que a ele tivesse comparecido. Enquanto as classificações se embaralhavam, eu seguia tentando manter minha atuação circunscrita nos limites de uma pesquisadora participativa. Razão pela qual negava fazer relatorias das reuniões, uma tarefa geralmente atribuída a diretores, mas para a qual fui inúmeras vezes solicitada; lembrava sempre que possível minha condição de pesquisadora; evitava usar camisas com retratos de mortos e desaparecidos, ou segurar cartazes em atos públicos. Ainda assim, os militantes estavam sempre dispostos me ensinar sobre suas lutas e a história do *Grupo*, chamar minha atenção quando eu cometia erros ou confundia iniciativas, e elogiar orgulhosos quando eu demonstrava

conhecimentos adquiridos.

A literatura antropológica me ajudava a entender o impacto das reuniões na composição do mundo social das organizações e movimentos políticos por seu aspecto ritual, sua capacidade de reunir atores sociais em torno de visões de mundo e regras de conduta, pelo estímulo à ação social no campo das atividades e na dinâmica processual, criando vivência de comunidade (COMERFORD, 2002). Entendi que elas demarcam a coesão sobre as diferenças, aglutinando não somente pelos símbolos e demandas, mas também por valores, expectativas e formas de conhecer, tornando social o que é pessoal (TURNER, 2005). Conforme eu vivenciava, elas tornam possível reafirmar e significar os símbolos, apreender modelos de funcionamento; compartilhar categorias, vocabulários, conhecimentos e consensos acumulados nos debates continuados; tornar público os sentimentos e pensamentos pessoais; estreitar os laços e os afetos que delimitam uma rede de relações pela convivência e pela ação, tanto de se posicionar nos debates quanto de assumir encargos coletivos, demonstrando a solidariedade ativa que, nos termos militantes, define o companheirismo.

Assim, frequentar as reuniões continuadamente e viver o cotidiano da organização implicava na possibilidade de me revelar militante. Ao participar de um processo que envolve a constituição de pessoas não era possível manter um pragmatismo no qual eu somente aprenderia sobre seu universo social enquanto auxiliava na definição de posições políticas mais adequadas à dinâmica social. A interlocução não podia ser reduzida a uma instrumentalização de parte a parte. A vivência conjunta de problemas, dilemas, sofrimentos e afetos mantinham abertas as fronteiras entre a pesquisadora solidária e a militante que eu poderia me revelar, provocando constantes atravessamentos. Daí que, por exemplo, uma vez colocadas minhas dificuldades de pesquisa com a CNV, elas tenham sido compreendidas na mesma lógica das dificuldades que enfrentavam com o sigilo, que não lhes permitia acompanhar e fiscalizar as investigações conforme a condição de destacados produtores de conhecimentos sobre as violências passadas devia lhes garantir. Em uma reunião em que discutíamos o tema, surgiu a proposta de incluir o fato como denúncia em uma nota crítica que o *Grupo* produzia sobre o sigilo na CNV. Após algum debate, a ideia foi descartada, mas a interpretei como aposta em um revelar militante capaz de operar a passagem entre meu problema particular (o indeferimento da pesquisa) e a causa coletiva (o fim do sigilo na CNV). Aposta que também levava em conta a aproximação entre militantes e pesquisadores como produtores de conhecimentos no próprio *campo* MVJ.

Desafios analíticos e desconfortos éticos se atravessavam como parte daquilo que Ferreira (2013), analisando sua própria inserção etnográfica, chamou de *ambivalência da participação.* Na verdade, me sinto contemplada por sua formulação quanto ao impasse de equilibrar-se "entre o

que é bom para a pesquisa e certo mal-estar" (Op. Cit.: 203). Isso ocorria porque estar com os familiares me fazia entender o *campo* MVJ como uma estrutura relacional na qual o sofrimento articulava tanto vulnerabilidade e resistência, quanto partilha e governo. E quanto mais eu entendia isso, menos me sentia autorizada a supor a continuidade entre meus objetivos e de meus interlocutores. Embora eu não tenha convivido durante a pesquisa com Suzana, que vive no sul do país, sua fala sobre os que vivem da "nossa história" me remeteu aos desconfortos com minha ambivalente presença, mas também me lembrou como esses desconfortos podem se recolocar constantemente em face do dinamismo das relações de interlocução.

Atualmente, distante do dia a dia do *movimento de familiares*, conduzo uma pesquisa que se volta para pensar a memória como um processo classificatório, privilegiando temas que fogem à fixação dada pelos familiares ao fenômeno desaparecimento político. Temos como: a seletividade do que se entende por violência ditatorial; a restrita circunscrição da categoria violência política e os efeitos de sua mobilização pela memória, legislação e tecnologias humanitárias; as dinâmicas diferenciais estabelecidas entre as noções de crime político e crime comum para o controle da ordem social; as complexas relações entre burocracia e violência excepcional e entre desigualdade social e esquecimento. Juntos estes dois deslocamentos tornaram explícita, ao menos para mim, minha própria participação na construção do desaparecimento político.

Se essa questão ainda não estava colocada durante a pesquisa de doutorado, hoje ela é um dado etnográfico da maior importância. Minha entrada no GTP, embora facilitada institucionalmente pelo vínculo com a Unifesp, foi consolidada no dia a dia do laboratório pela troca de conhecimentos sobre o desaparecimento político com novos interlocutores, permitindo que eles relativizassem minha condição de leiga no universo forense para reconhecer alguma autoridade científica em minha "especialidade". Oportunidade que me foi oferecida a partir dos saberes que eu pude partilhar e a trajetória profissional que pude lhes apresentar como um desdobramento inequívoco de um aprendizado feito nas trocas e partilhas de um mundo comum pautado pela luta dos familiares. Aprendizado que hoje demarca nova posicionalidade em relação aos familiares e a maneira como vivo por meio de sua história.

O sofrimento é o nó

Ao longo do texto, procurei mostrar a centralidade do sofrimento na identificação dos familiares como comunidade política e moral. Ele está tanto no substrato das complexas relações que fundam o *movimento,* estabelecidas entre seus atores sociais, com os mortos e desaparecidos e com as instituições do Estado, quanto é meio através do qual sua atuação atravessa domínios

simbólicos. De um lado, porque é o sentimento por meio do qual a experiência limite da perda se desloca para o cotidiano, permitindo aproximar as vivências de familiares, mas também perceber a vulnerabilidade comum que os caracteriza. Nesse sentido, o sofrimento é o sentimento por meio do qual os familiares se descobrem vulneráveis uns aos outros. De outro lado, porque ao inspirar, dar o tom e ser modulado por narrativas em arenas públicas, o sofrimento, em uma associação considerada natural com o parentesco, é aquilo que circunscreve os familiares aos olhos da sociedade, legitimando lhes a palavra. Dessa maneira, apesar de habitar indiscutivelmente o reino das intimidades, o sofrimento é base para a construção de identidades e formas de sociabilidade. Mas, ele não é apenas isso.

O sofrimento se constitui como uma forma de conhecer, quando a produção dos *casos* de desaparecimento conduz à construção de uma verdade que traz em si mesma a incerteza e o absurdo. Associado aos processos de produção da verdade, ainda oferece terreno para o desenvolvimento de disputas políticas, a partir das quais o Estado é acusado pela insuficiência de suas ações. Conectando o micro ao macro, ora está presente na construção dos *casos* e do programa reivindicativo do movimento, ora é convocado como legitimador dos processos de reformulação de políticas públicas e repertórios profissionais sobre MVJ. Nesse processo, como não poderia deixar de ser, dá contornos morais aos debates políticos que engendra, ao longo dos quais a empatia, a compaixão e a solidariedade vão se afirmando como mais do que sentimentos, como valores e atitudes progressivamente incorporadas aos procedimentos, discursos e práticas que integram a gestão estatal (FASSIN e RECHTMAN, 2009).

Não podendo mais serem confinados ao terreno das emoções privadas, tais sentimentos invadem a esfera pública, em geral, tomada como reino da racionalidade. Eles proporcionam o alargamento da comunidade dos que creem nessas mortes como *dignas de serem choradas* (BUTLER, 2009). Movimento a partir do qual também as fronteiras entre família e Estado podem ser atravessadas, subvertidas ou deslocadas. Nesse processo, se o sofrimento legitima a voz dos familiares, também pode ser instrumento para sua desqualificação como os sujeitos de conhecimentos que reivindicam ser. Se há temores de que a ênfase no sofrimento abra o caminho para a vitimização, também o descobrimos como forma de nos acercar de sua autoimagem de protagonistas políticos. Reino de incertezas, ambiguidades e possibilidades, o sofrimento é forma de conhecer, de comunicar, de se relacionar e atuar politicamente. Uma forma de estar no mundo (DAS, 2007) e de ser para o outro (BUTLER, 2009). Entre os familiares, aquilo que entendemos como ação política se constrói no enlaçamento dos afetos com o sofrimento de tal maneira que o político e o pessoal, o público e o privado, não podem ser vistos como polos apartados, sejam eles harmonizáveis ou conflitantes. O político e o pessoal são domínios indissociáveis.

Como não poderia deixar de ser, minha inserção nestas articulações implicava que o sofrimento enlaçasse ainda a dimensão etnográfica, pois também foi aquilo que eu pude compartilhar com os familiares em uma partilha que não estava livre das assimetrias observadas no campo, dando lugar aos meus próprios desconfortos e dilemas. De partida, nunca me pareceu política ou eticamente fácil me envolver em seu cotidiano, tecer relações de confiança para, em seguida, discorrer sobre suas vivências de um modo sobre o qual eles não teriam o menor controle. Tal dificuldade não derivava de uma preocupação em produzir uma narrativa que representasse ou desse voz aos familiares. Tampouco, com produzir uma narrativa que, ao contrário, disputasse com eles a condição de vocalizadores de sua própria história. Sempre considerei lidar com um movimento social capaz de se fazer ouvir e contestar com legitimidade as análises ventiladas sobre ele. Justamente por essa razão me parecia relevante atenuar expectativas de que as minhas análises pudessem ser um retrato fiel de suas formulações. Não porque eu soubesse que não o seria, mas por considerar que nem a genuína dedicação em apreender e descrever o que move e sensibiliza os familiares, nem a partilha política e afetiva seriam o mesmo que assumir seu ponto de vista.

Ao pensar sobre as *regras do jogo* antropológico, Viveiros de Castro (2002) argumenta que, se o conhecimento por nós produzido nasce de uma relação de sentido estabelecida com o chamado discurso nativo, essa relação se baseia tanto na percepção da existência de uma alteridade discursiva, quanto em um pressuposto de semelhança entre seus enunciadores. Antropólogo e nativo são ambos humanos, são ambos sujeitos. Com perspicácia, o autor defende que a desqualificação da palavra do sujeito observado não resultaria propriamente de sua objetificação pelo antropólogo, tampouco de falta de empatia, mesmo quando pensamos na antropologia clássica. Na verdade, ela decorreria da pressuposição de que o discurso nativo deriva de uma relação espontânea ou inconsciente com sua própria cultura, enquanto o antropológico traz em si uma disposição reflexiva. Porém, não havia nada no meu campo que me autorizasse a pensar dessa maneira. Na verdade, reiterar a diferença entre uma narrativa militante e outra antropológica tinha a ver com a consciência tanto da reflexividade de meus interlocutores, quanto de não escrever para um leitor radicalmente separado daqueles sobre quem eu escrevia, ainda que minha referência fossem os debates e a avaliação de meus pares na antropologia, e não necessariamente aqueles travados nas arenas políticas.

Pensando nesses termos a diferença, sentia a obrigação política e ética de explicitar esse entendimento, tentando ressaltar o marco antropológico (ou não militante) a partir do qual minha narrativa seria posteriormente construída. No entanto, se isso me parecia o correto a ser feito, preciso reconhecer que tal postura, como qualquer outra assumida em campo, tem implicações

epistemológicas. É razoável pensar que pode ter fechado canais de comunicação.

Em minha defesa, posso dizer que minha postura nunca refletiu uma visão da participação como o mínimo necessário para que uma observação fosse possível, para ficarmos com os termos críticos de Favret-Saada (2005). Na verdade, é razoável pensar que minha necessidade de reiterar fronteiras indica justamente o contrário. Ela sugere a existência tanto de uma demanda dos interlocutores por uma abertura cada vez maior para as vivências de seu cotidiano, quanto o meu enredamento político e afetivo nessas vivências. Nesse processo, sei que alguns familiares puderam me ver em certas situações como companheira e, apesar de minhas angústias, não desejei realmente que pensassem diferente. No cotidiano que compartilhávamos, reaprendi sobre o caráter fugidio das relações e sua capacidade de resistir às investidas classificatórias. Aceitar as ambiguidades foi me parecendo necessidade de um repertório etnográfico elaborado nos marcos de uma antropologia engajada. Como comenta Feldman-Bianco (2010), aquela que tem em vista não somente a política do texto, mas também a do contexto social.

Os momentos de remarcação de minha não militância nunca exprimiram, portanto, nem uma falta de solidariedade política com meus interlocutores, nem uma decisão de não me deixar *afetar* em campo. Como Favret-Saada, creio que o acesso a certas questões só me foram possíveis a partir do momento em que meus interlocutores acreditaram que eu havia sido *pega*. Mas, também do momento em que eu senti este enredamento e me expus àquela rede de relações e seu conjunto de afetos. E o canal para isso canal foi o sofrimento.

Sabemos que a relação com os interlocutores é motor de angústias éticas, morais e politicas não separáveis dos debates metodológicos e epistemológicos da disciplina. Nossa hipocondria moral, como diria divertidamente Geertz (2009), tem considerável responsabilidade pela constante reformulação daquilo que entendemos como fazer etnográfico. Críticas em torno das ilusões de objetividade; da autoria; da autoridade; das formas de entrar e sair do campo, das assimetrias, hierarquias e tipos de relação de interlocução; e dos diferentes movimentos que perfazem a comparação, sejam eles voltados para a alteridade/estranhamento ou para a identidade/familiarização. Apenas exemplos de um conjunto mais amplo de preocupações nada recentes implicadas na variabilidade dos métodos aplicados em campo e das *estratégias persuasivas* na escrita (STRATHERN, 2013). E se eu falei de afetos e de emoções é porque, no correr desses debates, autores diversos os assimilaram não apenas como temas de suas análises, mas como elementos a serem considerados em termos de seus efeitos sobre o tipo de conhecimento produzido. Nesse sentido, creio que minhas experiências se aproximam das já pontuadas por outros autores.

Segundo Ruth Behar (1996), a tarefa de confrontar-se com o outro não possui uma rota única ou segura. O mesmo vale para os momentos posteriores ao campo, quando recuperamos esse encontro desde um movimento de afastamento reflexivo, em que a tomada de decisões narrativas introspectivas visam tornar a pesquisa pública em ambientes no qual assumimos uma posição de autoridade. Para a autora, os métodos surgem como formas de defesa, de contornar ao menos nossa ansiedade diante da constatação de que cada encontro é um evento único, insubstituível, irreproduzível, cujas situações e variáveis escapam ao nosso controle e, muitas vezes, ao nosso entendimento. Os métodos possibilitam também que a etnografia seja esse estranho cruzamento entre um texto saturado e esvaziado de autoria (GEERTZ, 2009). Quando explicitados, os métodos podem refletir tanto o intuito de que a assunção de subjetividade possa dar mais objetividade ao conhecimento etnográfico, quanto, ao contrário, de assumir a subjetividade como inerente a esse conhecimento. Com Behar (Op. Cit.), compartilho a crença no potencial do que a autora chama de uma *escrita vulnerável*, em que a subjetividade ganha um *status* especial como forma de explicitar certos aspectos que funcionam como filtros a partir dos quais percebemos o assunto estudado e sem os quais não teríamos chegado aos mesmos resultados. Por isso, optei também por explicitar, na própria tese, como sua escrita foi atravessada pela vivência de um grande sofrimento pessoal, coincidentemente também a vivência de uma ausência, extremamente dolorosa apesar de temporária, que veio a se tornar um elemento relevante na equação, ao me permitir uma compreensão sobre a vulnerabilidade posicionada pela afetividade nos marcos das minhas próprias relações familiares.

Como referência mais notória, os escritos de Renalto Rosaldo (2004) não me deixam ver qualquer ineditismo nesse processo. Como sabemos, seu luto funcionou como ponte para processos de identificação pessoal com seus interlocutores, lhe permitido finalmente entender a raiva que diversos *ilongots* já haviam lhe indicado como sendo a verdadeira motivação por trás de sua prática de caça de cabeças. Se Michelle Rosaldo (1984) é reconhecida como uma referência na antropologia das emoções, Renato tem importância ao assumir o impacto dos sentimentos na reflexão antropológica, incluindo-os entre o conjunto de fatores que fazem do etnógrafo (como do nativo) um *sujeito posicionado,* preparado para entender certas coisas, mas não outras a despeito de sua formação teórica e sua preparação para a pesquisa. Na medida em que vê processualmente os elementos que posicionam o etnógrafo, Rosaldo defende que todas as nossas interpretações são provisórias e relacionais. Compartilho com o autor a crença nesse caráter relacional e posicionado do conhecimento. Mas, diferente do autor, não o vejo propriamente como forma de identificação, mas como um canal de afetação.

Segundo Favret-Saada (Op. Cit.), *ser afetado* não se confunde com uma aproximação por

empatia em nenhum de dois sentidos atribuídos ao termo. Não significa se colocar no lugar do outro, experimentando indiretamente suas sensações e percepções, pois isso pressuporia uma distância. Tampouco seria o mesmo que experimentar uma comunhão afetiva, na qual a comunicação seria instantânea e a identificação sentida como uma fusão com o outro. De fato, ao compartilhar mundos afetivos, a distância inicial, aos poucos, deixava de existir, especialmente nas reuniões do *Grupo,* quando eu me envolvia diretamente na rede afetiva formada em torno da resolução de pequenos problemas práticos ou da discussão de conflitos mais amplos. Situações que nos comoviam, nos angustiavam e nos mobilizavam juntos e de uma maneira muito intensa. Não foram poucas as vezes em que cheguei em casa mobilizada por estas emoções. Nesse período, me preocupei e sofri com eles. Mas, se entre nós não havia tanta distância, também não posso dizer ter havido uma comunhão. Para ficar com a bela reflexão de Favret-Saada, ao ser inserida em um sistema de relações, eu não pude me imaginar no lugar dos familiares, mas perceber o quanto esse lugar é inimaginável e como nada na aproximação entre nós me informava, a princípio, sobre seus afetos e seus sofrimentos. O que a aproximação fazia, ao provocar *afetação,* era me modificar e, na medida em que eu me tornava vulnerável, abria-se um canal específico de comunicação entre nós.

Mas, se todos estes apontamentos vão no sentido de atenuar as assimetrias que, querendo ou não, estão sempre presentes quando a palavra está sendo monopolizada, não posso deixar de concordar com Mintz (1984) que desigualdades residem também no controle que eu exerci sobre o início e o fim de nossa convivência. Depois da minha saída de campo, os familiares seguem lidando com os mesmos sofrimentos que, agora, se tornam para mim distantes e invisíveis. Sentimentos sobre os quais não tenho nenhuma possibilidade de ação, embora, contraditoriamente, siga falando sobre eles em outros espaços. Ademais, me dedicando a pensar, atualmente, sobre a distinção entre violências política e comum e seus efeitos sociais (AZEVEDO, 2018a, 2020), talvez eu siga falando desde um ponto de vista que se distancia demais da compreensão que eles possuem do mesmo processo. Nesse sentido, sigo considerando a relevância de pensar a produção de partilha e compromisso como inseparável da produção de diferença e autoridade para nós que vivemos das histórias de sofrimento dos outros.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Fábio. **Das Técnicas de Fazer Desaparecer Corpos: desaparecimentos**, violência, sofrimento e política**.** Rio de Janeiro: lamparina, 2014.

AZEVEDO, Desirée. **Ausências Incorporadas.** Etnografia entre familiares de mortos e

desaparecidos políticos. São Paulo: Unifesp, 2018.

______ Our dead and disappeared: reflections on the construction of the notion of political disappearance in brazil. **VIBRANT**, v. 15, p. 1-24, 2018a.

______ Os Mortos Não Pesam Todos o Mesmo. Uma reflexão sobre atribuição de identidade política às ossadas da Vala de Perus. In: **Papeles del CEIC**, vol. 2019/2, papel 218, 1-20. (http://dx.doi.org/10.1387/pceic.20389) .

BEHAR, Ruth. **The Vulnerable Observer. Anthropology that breaks your heart** Boston: Bacon Press, 1996.

BOLTANSKI, Luc. **El Amor e la Justicia como Competências**. Buenos Aires: Amorrortueditores, 2000.

__________. **Distant Suffering. Morality, media and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: ___. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011.

BIRMAN, Patricia e LEITE, Márcia Pereira. (orgs.). **Um Mural para a Dor: movimentos cívico religiosos por justiça e paz**. Brasília: Pronex/CNPq, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2004.

BUTLER, Judith. "Violência, duelo e política" In: **Vida Precária**. *El poder del duelo y la violencia.* Buenos Aires: Paidós, 2009.

CATELA, Ludila. **Situação-limite e Memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina** São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 2001.

COMERFORD, John Cunha. "Reuniões Camponesas, Sociabilidades Luta Simbólica" In: PEIRANO, Marisa. **O Dito E O Feito**: Ensaios De Antropologia Dos Rituais. Rio de Janeiro: RelumeDumará: NuAP, 2002.

DAS, Veena. DAS, Veena. **Critical Events. An antropology perspective on contemporany India.**New Delhi: Oxford University Press, 1995.

_________. **Life and Words**: violence and the descent into the ordinary. Berkeley: Universityof California Press, 2007.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos Brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. In: **Anais do 37º Encontro anual da ANPOCS** Águas de Lindóia, 23 a 27 setembro de 2013.

FARIAS, Juliana. **Governo de Mortes. Uma etnografia da gestão de populações de favela no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2014.

FASSIN, Didier & RECHTMAN, Richard. **The Empire Of Trauma: An Inquiry Into The Condition Of Victimhood.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2009.

FAVRET-SAADA, J."Ser afetado" In: **Caderno de Campo**. São Paulo, ano 14, n. 13, 155-161, 2005

FELDMAN-BIANCO, Bela. "Prefácio à segunda edição" In: **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**: métodos. São Paulo: Editora Unesp: 2010.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita**. Pessoas Desaparecidas:** Uma Etnografia para Muitas Ausências**.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2016.

________. Pesquisar e participar da formulação de uma causa pública: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil. In: **Campos**14(1-2), p.195-216, 2013.

FREIRE, Jussara. "Quando as emoções dão forma às reivindicações". In: COELHO, Maria Cláudia e REZENDE, Cláudia BarellosOrgs.). **Cultura e Sentimentos**. Ensaios em antropologia das emoções. Rio de Janreiro: Contracapa/Faperj, 2011.

FONSECA, Cláudia e MARICATO, Glaucia. "Criando comunidade: emoção, reconhecimento e depoimentos de sofrimento". In: COELHO, M.; RUSSO, J.; SARTI, C. & VÍCTORA, C. (Orgs.) **Interseções***, V*. 15 n. 2, p. 231-251, dez. 2013.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade" In: **Microfísica do Poder**. Tradução de MACHADO, R. 23a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas.** *O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LACERDA, Paula. **O Caso dos Meninos Emasculados de Altamira.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2012.

LE BRETON, David. **Antropologia da dor.** São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

LUGONES, Maria Gabriela. **Obrando en Autos, Obrando en Vidas***:* formas e fórmulas de Proteção Judicial dos tribunais Prevencionais de Menores de Córdoba, Argentina, nos começos do século XXI. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2009.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. "Direitos Humanos e Democracia. A experiência das comissões da verdade no Brasil". In: **RBCS, v**ol. 33 n° 96 /2018.

MARCUS, George E. "Ethnography in/off the World System: The Emergence of Multi- Sited Ethnography" In: **Annual Review of Anthropology**, 24, p. 95-117, 1995

MINTZ, Sindney. "Encontrando Taso, me descobrindo" In: **Dados.** Revista de Ciências Sociais. Vol. 7, n. 1, 1984.

ROSALDO, Renato. "Grief And A Headhunter's Rage." In: **Death, Mourning, and Burial.** Ed. Antonius C. G. M. Robben. Blackwell, 2004.

ROSALDO, Michelle. "Toward An Anthropology Of Self And Feeling". In: R. Shweder & R. LeVine (Orgs.), **Culture Theory**: Essays On Mind, Self And Emotion. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SANJURJO, Liliana Lopes. **Sangue, Identidade e Verdade**. Memórias sobre o passado ditatorial na Argentina.São carlos: EdUFSCar: 2018. .

SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros.** Tradução de FIGUEIREDO, R. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: SOUZA LIMA, A. C. (Ed.). **Gestar e Gerir:** Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.

STRATHERN, Marilyn. **Fora de Contexto:** as ficções persuasivas da antropologia. São Paulo Terceiro Nome, 2013.

VECCHIOLI, Virginia. "Políticas de la memoria y formas de clasificación social. Quiénessonlas "víctmas del terrorismo de estado" em la Argentina?" In: GROPPO, Bruno e FLIER, Patricia (org.) **La imposibilidaddel olvido.** Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay. La Plata: Colección Diagonos, Ediciones Al Margen, 2001.

TURNER, Victor. **Floresta De Símbolos**. Aspectos Do Ritual Ndembu. Niterói: EDUFF, 2005.

VIANNA, Adriana. "Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos." In: **O Fazer e o Desfazer dos Direitos**. Rio de Janeiro: e-papers, 2013.

VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. In: **Cadernos Pagu** (37) julho-dezembro de 2011, p. 79-116.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. "O nativo relativo" In: **MANA** 8(1), p.113-148, 2002.